

O agendamento das comemorações de aniversário do golpe militar de 1964 nas páginas de Zero Hora¹

Luana Chinazzo MÜLLER²

Pedro Luiz da Silveira OSÓRIO³

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

O presente artigo busca por meio de análise de conteúdo, combinada à teoria do agendamento e à hipótese do enquadramento, demonstrar como o jornal Zero Hora apresentava a temática do aniversário do regime militar que vigorou no Brasil. Para alcançar os objetivos é utilizada a Análise de Conteúdo híbrida, categorizando dados de 21 exemplares selecionados e analisando-os de forma quantitativa e qualitativa. A análise se completa com as teorias do agendamento e enquadramento. Foram analisados todos os exemplares dos dias 1º de abril de 1965 a 1985. Essas edições publicavam matérias sobre a festividade do aniversário golpe militar comemorado no dia 31 de março de cada ano. Os resultados alcançados revelam que a abordagem dada pela Zero Hora à temática aproximava-se de uma narrativa institucional, afastando-se do discurso jornalístico e assumindo a defesa do regime militar.

Palavras-chave: Mídia Impressa; Zero-Hora; Ditadura militar; Teoria do Agendamento; Enquadramento.

1. Agendamento e Enquadramento

É antiga a discussão sobre a influência e poder dos grandes veículos e podemos citar muitos momentos da história nos quais sustenta-se que a imprensa teve destaque em manifestações político-sociais, seja as erguendo ou destruindo. Este trabalho busca contribuir para o esclarecimento da relação entre a mídia e o regime militar, no que concerne ao jornal Zero Hora e em determinado aspecto. São poucos estudos que abordam a imprensa gaúcha naquele contexto. Entender o papel de Zero Hora, veículo que nasceu quase junto ao regime, na consolidação da ditadura militar em âmbito regional, é importante para compreender como esse período marcou o Rio Grande do Sul e a população do estado. Torna-se relevante também para o esclarecimento das posições política e editorial do veículo, contribuindo assim para a compreensão da postura da publicação frente a outros períodos históricos.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda do 8º semestre do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na UNISINOS/RS. E-mail: luachinazzo@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: cerrito@uol.com.br.

Ao analisar as edições de Zero Hora referentes ao aniversário do regime militar, este trabalho o faz sob a luz da teoria do agendamento cunhada por McCombs e Shaw (1972). Ainda anteriormente a McCombs e Shaw, a teoria do agendamento foi sugerida por Cohen (1963 apud TRAQUINA, 2001). Mesmo sem nomeá-la, ele já caracterizava de forma semelhante a influência dos meios de comunicação de massa sobre os receptores. A imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas *como pensar*, mas, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores *sobre o que pensar*”. (COHEN, 1963, p. 72, apud TRAQUINA, 2001, p. 19, grifo do autor).

McCombs e Shaw (1972) firmariam a hipótese do agendamento por meio de seus estudos, fornecendo dados empíricos que sustentavam a ideia de Cohen (1963 apud TRAQUINA, 2001), e também uma denominação própria: *agenda-setting*.

Segundo Shaw (1979 apud WOLF 2008), a teoria do agendamento não constitui uma manipulação ou persuasão por parte da mídia sobre o público, porém sustenta que a percepção da opinião pública sobre parte dos acontecimentos sofre alterações por meio da influência dos meios de comunicação de massa. Para o autor as pessoas tendem a dar maior importância ao que a mídia destacar, excluindo ou incluindo temas à agenda pública conforme eles são dispostos na agenda midiática.

McCombs (2008) explica que o efeito do agendamento está condicionado à *necessidade de orientação* de cada indivíduo. Esta *necessidade de orientação* está relacionada à necessidade natural de informação e depende de dois fatores: relevância e certeza. Zucker (1978 apud WOLF 2008) acrescenta que quanto menor for a experiência direta do indivíduo em relação a uma determinada área temática, mais este indivíduo dependerá da mídia para obter informações sobre esse tema.

Conforme a teoria, além de considerar quais temas são publicados nos veículos de comunicação de massa, deve-se analisar o que é publicado sobre esses temas, o destaque que é dado, ordem em que a notícia é publicada, uma comparação que é feita. Tais registros e abordagens podem mudar completamente a maneira que a opinião pública assimila o informado. McCombs (2008) nomeia esses fatores de *atributos*.

A hipótese da agenda-setting postula um impacto direto – ainda que não imediato – sobre os destinatários, que se configura segundo dois níveis: *a.* a ‘ordem do dia’ dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; *b.* a hierarquia de importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’. (WOLF, 2008, p. 145).

Na evolução da hipótese do agendamento passou-se de verificar sobre o que se fala, para a verificação sobre como se fala. (BARROS FILHO, 1995). O efeito do agendamento de atributos passa a ter papel central nos estudos. Notou-se que as notícias também nos dizem como pensar cada tema, ao contrário da ideia inicial de Robert Cohen (1972 apud WOLF, 2008).

O primeiro nível dos efeitos do agendamento é relacionado aos temas que os veículos pautam, já o segundo nível analisa os atributos de determinado tema pautados pela mídia. Atualmente, alguns pesquisadores consideram o enquadramento uma evolução da teoria do agendamento, convergindo esta para o estudo do segundo nível dos efeitos, que considera o agendamento de atributos.

A noção de *frames*, ou enquadramento, nasceu na sociologia e buscava entender como as pessoas “[...] classificavam e organizam suas experiências de vida para a elas atribuir sentido – como produziam ‘esquemas de interpretação’ ou ‘quadros de sentido’”. (GOFFMAN, 1974 apud ANTUNES, 2009, p. 87). Na comunicação, o enquadramento trata de “[...] selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-lo em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado”. (ENTMAN, 1993, p. 52 apud MENDONÇA; SIMIÕES, 2012, p. 193).

Medonça e Simiões (2012, p. 193) destacam a dimensão política do enquadramento, ao observarem que os quadros podem “[...] definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções”. Para Reese (2007 apud MENDONÇA; SIMIÕES, 2012, p. 195), em alguns casos “[...] *frames* são vistos como instrumentos empregados para influir sobre os rumos da opinião pública. Eles estão diretamente ligados às intenções daquele que enquadra, configurando-se com estratégia política”.

Para Kosicki (1993 p. 111 apud TRAQUINA, 2001, p. 44): “Os estudos do trabalho jornalístico são cruciais para o estudo das questões públicas porque oferecem a chave para a compreensão de como questões específicas são enquadradas e oferecidas ao público”. A maneira como um evento é retratado pelo veículo, os atributos destacados ou não, são questões que decidirão como o acontecimento será interpretado por parte dos receptores. Neste trabalho, o aporte dessas teorias permitirá destacar o enquadramento adotado nas matérias publicadas no jornal Zero Hora, referentes às comemorações de aniversário do movimento de 31 de março.

2. Analisando o conteúdo de Zero Hora

O presente trabalho partiu da pergunta: Como a Zero Hora – meio impresso de circulação diária no Rio Grande do Sul⁴ – agendou o tema “regime militar”? Essa questão norteou a análise feita, e sua resposta demonstra como ocorreu o agendamento de temas pró regime militar a partir do discurso do jornal Zero Hora. Para a análise, foram considerados os exemplares veiculados nas datas de aniversário do regime militar, de 1965 até 1985, ano da abertura política. A análise deteve-se nas matérias sobre as comemorações de aniversário, noticiadas no dia seguinte. Portanto, examina os exemplares do jornal Zero Hora publicados no dia 1º de abril de cada ano do período referido.

A decisão de analisar exemplares da referida data de aniversário e não exemplares aleatórios se deu por dois motivos: (1) nessas datas seria maior a probabilidade de encontrar matérias sobre uma visão geral do regime e não somente de aspectos isolados; (2) aniversários geralmente são datas onde se faz um balanço de como foi o último ano e também são feitas projeções para o futuro, características estas que poderiam facilitar a apreensão das ideias vigentes sobre o tema e expressas no jornal.

Inicialmente, todas as páginas dos jornais do período determinado foram analisadas para a quantificação dos textos que fazem referência ao aniversário da revolução de 1964. Foram criadas categorias, que junto aos dados levantados, formaram as tabelas quantitativas a seguir:

CATEGORIA	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
a. MENÇÃO AO ANIVERSÁRIO NA CAPA	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
b. POSIÇÃO CAPA	4ª	1ª	2ª	2ª	-	1ª	2ª	-	1ª	-
c. FOTO CAPA	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
d. NÚMERO TOTAL DE MATERIAS	6	5	2	3	8	4	11	1	2	2
e. MATÉRIAS POSITIVAS	4	3	2	3	8	4	11	1	2	2
f. MATÉRIAS NEGATIVAS	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
g. TEXTOS OPINATIVOS POSITIVOS	0	1	-	1	1	0	0	0	0	0
h. TEXTOS OPINATIVOS NEGATIVOS	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0
i. CONTRACAPA	NÃO	SIM	NÃO							
j. POSIÇÃO CONTRACAPA	-	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
k. FOTO CONTRACAPA	NÃO	SIM	NÃO							
l. CHAMADA PARA MAT. PRINCIPAL NA CAPA	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
m. POSIÇÃO MAT. PRINCIPAL NA CAPA	4ª	-	2ª	2ª	NÃO	-	SIM	NÃO	3ª	-
n. FOTO CAPA MAT. PRINCIPAL NA CAPA	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
o. FONTES OFICIAIS/MILITARES	0	3	1	1	2	1	0	1	1	1
p. OUTRAS FONTES	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
q. FOTO MATERIA PRINCIPAL	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM

⁴ Dados fornecidos pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) (2013).

CATEGORIA	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
a. MENÇÃO AO ANIVERSÁRIO NA CAPA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
b. POSIÇÃO CAPA	2ª	2ª	1ª	1ª	3ª	1ª	-	2ª	-	-	-
c. FOTO CAPA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
d. NÚMERO TOTAL DE MATERIAS	4	4	10	6	2	11	5	6	0	4	1
e. MATÉRIAS POSITIVAS	4	4	9	5	2	9	3	5	0	2	0
f. MATÉRIAS NEGATIVAS	0	0	1	1	0	2	2	1	0	2	1
g. TEXTOS OPINATIVOS POSITIVOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
h. TEXTOS OPINATIVOS NEGATIVOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
i. CONTRACAPA	NÃO										
j. POSIÇÃO CONTRACAPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
k. FOTO CONTRACAPA	NÃO										
l. CHAMADA PARA MAT. PRINCIPAL NA CAPA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
m. POSIÇÃO MAT. PRINCIPAL NA CAPA	2ª	SIM	2ª	SIM	SIM	-	NÃO	2ª	NÃO	NÃO	NÃO
n. FOTO CAPA MAT. PRINCIPAL NA CAPA	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
o. FONTES OFICIAIS/MILITARES	4	3	3	3	1	1	2	2	-	1	-
p. OUTRAS FONTES	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	-
q. FOTO MATERIA PRINCIPAL	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO

Como matéria principal de cada edição, na qual a análise se aprofunda qualitativamente, são consideradas as matérias sobre as comemorações do aniversário da “Revolução de 1964”. Embora, de modo geral, os exemplares analisados apresentem mais de uma matéria que menciona as atividades do aniversário da revolução ao redor do país, as matérias consideradas principais neste trabalho são as que relatam predominantemente as atividades que envolvem a população na comemoração da data. No caso, a matéria considerada para esta análise não é necessariamente a matéria principal do jornal ou ainda a matéria principal sobre o regime militar no jornal, nem a matéria com maior espaço ou à qual foi dada maior relevância. O objetivo dessa escolha é analisar como o regime militar procurava envolver a população nessas datas e como Zero Hora enquadrava essas festividades. Assim, são evidenciados quais aspectos sobre o regime militar ganhavam relevância para sobre o público, disso inferindo-se o agendamento que o jornal Zero Hora praticava.

Em 21 exemplares da Zero Hora, foram localizados 97 textos que mencionam o aniversário da Revolução de 64. Vale destacar que em nenhum texto as palavras “golpe” ou “ditadura” foram utilizadas para falar do regime autoritário instaurado pelos militares. Essa é uma observação importante para a análise que se seguirá. Pois, o emprego da palavra “revolução” é, neste caso, conceitualmente incorreto, já que não corresponde a significação apresentada pela ciência política. Cohan (1981) defende que para ser definido como *revolução*, o movimento deve causar grandes transformações na sociedade em que ocorre. Embora o golpe de 1964 tenha alterado a estrutura política brasileira, “[...] o grau de mudança nos indicadores socioeconômicos, econômicos e militares entre regimes civis e militares é praticamente imperceptível”. (COHAN, 1981, 188). Para Cohan (1981) outro

fator determinante para um evento ser chamado de *revolução* é ter ocorrido de forma ilegal. No caso da ditadura militar brasileira, nota-se que em todo o processo, houve tentativa de legitimar o regime, deste modo, é discutível se encaixa-se também nesse fator.

Das 97 matérias contabilizadas, 83 são positivas, ou seja, não apresentam nenhum aspecto de oposição ao governo vigente. Esse número equivale a mais de 85% do total de matérias. Entre elas constam, além das matérias consideradas *matérias principais*, discursos do presidente ou governador, apresentados algumas vezes integralmente, homenagens feitas na Assembleias Legislativa, em missas, em inaugurações de obras públicas, entre outros eventos. Há menção ao aniversário do regime em 14 capas dos 21 exemplares analisados, e dentre as 14 capas, sete apresentam o tema na manchete principal, ou seja, 35% dos jornais analisados apresentam o aniversário da revolução como a principal matéria do jornal. Das 14 capas que constam chamadas referentes ao aniversário, nenhuma direciona a matérias que apresentem qualquer oposição ao governo vigente.

Das 97 matérias analisadas, 14 apresentam algum tipo de oposição. Equivalem a uma média de 0,7 por exemplar, muito menos do que as positivas que equivalem à uma média de 4. Percebe-se que há menção a algum tipo de oposição nos anos 1965 e 1966 e então só mais de dez anos depois, em 1977, três anos após iniciado o processo de abertura política prometido pelo presidente Ernesto Geisel ao assumir.

A matéria que apresenta aspectos de oposição no exemplar de 1º de abril de 1977, com o título *Apesar da tensão, o MDB foi ao debate*, menciona os discursos de parlamentares do MDB em sessão da Assembleia Legislativa gaúcha e apresenta alguns pontos das falas do deputado Porfírio Peixoto, que destacou que a oposição “[...] tem contribuído muito na tentativa de justificar e de homenagear o Movimento Político e Militar de 31 de Março”. (ZERO HORA, 1977, p. 8). Esse trecho do texto é importante para entender o tom da oposição retratada no jornal. Em 86% dos textos classificados como de oposição, considerando todos os exemplares analisados, não há de fato oposição ao golpe ocorrido em 1964. A “oposição” dirige-se apenas à manutenção do regime por anos após a tomada de poder, como se vê na sequência do texto com o destaque para a fala do deputado Romildo Bolzan: “O que falta aos homens do governo para cumprirem seus próprios propósitos de restaurar a democracia?”. (ZERO HORA, 1977, p. 8).

Em outra matéria na mesma página da edição de 1977 ainda é apresentada a resposta dos governistas. No texto *A Revolução vista pelos deputados*, é defendido que antes da

revolução o Brasil não vivia uma democracia e que o país foi salvo pelos militares. Nas palavras de Cícero Viana:

Nós queremos é esta democracia de liberdade com responsabilidade. Vivemos numa democracia onde se impõe respeito, onde definitivamente a anarquia não tem vez, onde a subversão tem que ser varrida, onde os perturbadores da ordem encontram pela frente a Lei, a autoridade constituída. (ZERO HORA, 1977, p. 8).

Dois textos dos 14 que apresentam aspectos opostos tratam da resistência ao regime militar. No exemplar de 1965, na página 14 há uma nota com o título: *Panfletos subversivos no aniversário da Revolução*. Nela, em três frases, o jornal informa que foram distribuídos alguns panfletos contra o regime durante as festividades. Já a matéria publicada na página seis do ano seguinte, em 1966, intitulada *Bombas explodem em Recife*, noticia um atentado classificado como terrorista.

Outra categoria importante para registrar a maneira como Zero Hora agendava o tema regime militar, são os textos opinativos⁵. Nesta categoria, este trabalho considera: editoriais, comentários, textos de colunistas e charges; que são os gêneros presentes nos exemplares. Nos exemplares analisados há cinco textos opinativos que mencionam o aniversário da revolução de 64, sendo quatro deles com posição favorável ao regime e um, já em 1984, que apresenta críticas ao regime, mas não à “revolução de 1964”: “Os conhecidos falatrões, que se apossaram do espólio da revolução [...] falando em nome de um povo que não mais lhes empresta qualquer apoio e das Forças Armadas [...] Os verdadeiros revolucionários ou já morreram, ou estão em casa [...]”. (ZERO HORA, 1984, p. 2). Entre os favoráveis, o primeiro deles é um comentário na página seis na edição de 1966, publicado em um box e assinado por Clóvis Stenzel:

[...] participaram cidadãos de todos os credos democráticos. Afora a repulsa dos manifestantes ao comunismo e aos extremismos em geral, os atos comemorativos do grande evento nacional transcorreram de maneira tal que poderiam ser presenciados por qualquer cidadão verdadeiramente brasileiro, sem o menor constrangimento político. (ZERO HORA, 1966, p. 6).

Clóvis Stenzel era aliado do governo militar, inclusive exercendo cargos políticos durante o regime, como o de Deputado Federal do Rio Grande do Sul pela ARENA. Em

⁵ Melo (2003) ao diferenciar os gêneros jornalísticos, explica que no jornalismo brasileiro, o jornalismo opinativo é geralmente composto dos subgêneros: Editorial, Artigo, Crônica, Opinião ilustrada e Opinião do leitor. Beltrão (1959 apud MELO, 2003) sugere que os gêneros opinativo tem a função de orientar o leitor.

matéria produzida pelo jornalista Chico Otávio para uma série sobre o AI-5 do jornal *O Globo*, Clóvis Stenzel se declara líder de um grupo formado por 141 deputados que defendiam fielmente o regime e o presidente Costa e Silva. Segundo afirma o jornalista Políbio Braga em seu blog⁶, Stenzel não foi imposto pelo governo militar à Zero Hora e sim convidado por Maurício Sirotsky, fundador do veículo, a integrar a equipe do jornal.

Já a coluna de Ary de Carvalho⁷ – um dos donos da Zero Hora nessa época – na página 4 da edição de 1968, concorda com um documento enviado à imprensa pelo então Prefeito de São Paulo, o Brigadeiro Faria Lima, onde ele afirma que “Todos têm o dever cívico de dar as mãos, de marginalizar as divergências, prevenções ou interesses, para criar a Nação que desejamos”. (ZERO HORA, 1968, p. 4). Em outra coluna de Ary de Carvalho, na edição de 1969, o jornalista exalta as conquistas do regime no campo do petróleo: “Quando se comemora o quinto aniversário do movimento de março de 1964, entre outros fatos positivos, há que registrar a plena recuperação e expansão da Petrobrás”. (ZERO HORA, 1969, p. 6).

No seu editorial do dia 1º de abril de 1980, o jornal enaltece o discurso do então presidente João Figueiredo: “Do início ao fim, da primeira à última linha, um pronunciamento democrático [...]”. (ZERO HORA, 1980, p. 2).

O presidente enfatiza a trajetória do movimento de março, situando-o historicamente como herdeiro de outros processos revolucionários atravessados no Brasil [...] todos eles de conteúdo extremamente democrático e liberal. (ZERO HORA, 1980, p. 2).

Foi selecionada uma matéria por edição como *matéria principal*, conforme antes se esclareceu. Houve exceções nas edições de 1983 e de 1985. A primeira não menciona o aniversário do regime militar em nenhum texto; a segunda, de 1985, apresenta só uma pequena nota, classificada como texto de oposição ao regime, a qual menciona uma homenagem de um jornal uruguaio a Jango, deposto pelos militares 21 anos antes. Das 19 matérias selecionadas, 11 foram mencionadas na capa da publicação; das 11, oito eram acompanhadas de fotos.

Todas as matérias selecionadas como principais não apresentavam quaisquer aspectos de oposição. De modo geral, elas narram as festividades e os elogios feitos pelos

⁶ Disponível em: <<http://polibiobraga.blogspot.com.br/2014/07/nos-anos-de-chumbo-clovis-stenzel-foi-o.html>> Acesso em: 23 out. 2014.

⁷ O jornalista Ary Carvalho dirigiu o jornal Última Hora no Rio Grande do Sul. Com o fechamento deste, fundou o jornal Zero Hora em 1964. Em 1965, Maurício e Jayme Sirotsky se associam a Ary. Só em 1970 a família Sirotsky compraria a parte de Ary de Carvalho, se tornando a única proprietária da publicação.

oradores oficiais das atividades. Foram contabilizadas também 1,6 fontes por texto, em média, sendo todas indiretas e suas falas reproduzidas dos discursos oficiais.

A matéria principal do exemplar de 1965 narra as festividades da data em Porto Alegre que contaram com a presença de oficiais das Forças Armadas, do Arcebispo da região metropolitana de Porto Alegre, do Governador e da população em geral. As atividades incluíam uma apresentação da Brigada Militar demonstrando como agiam no controle de manifestações subversivas. A matéria, localizada na página três, é acompanhada por duas fotos: uma do general Justino Alves Bastos discursando e outra do jantar comemorativo oferecido pelo Exército.

Na matéria selecionada da edição de 1966, *A festa da Revolução nas ruas*, também narra as atividades da data: desfile, almoço, inaugurações, etc. A matéria é ilustrada por uma foto do desfile militar. Diferentemente do primeiro aniversário, este texto traz trechos dos discursos dos oradores oficiais. Entre eles, o general Justino ganha destaque:

Por todo o Brasil, a revolução começou uma obra restauradora que ainda vai durando. [...] A paz estende seu manto benéfico sobre todo o território nacional e um governo austero e digno, presidido pelo marechal Castelo Branco, esforça-se para restaurar a economia nacional e reajustar o Brasil. (ZERO HORA, 1966, p. 3).

Peracchi: Revolução libertou Brasil e AL é a matéria selecionada da edição de 1967. O texto ocupa cerca de um terço do espaço da página e conta com uma única fonte, o governador do Rio Grande do Sul na data, Peracchi Barcellos. Trechos do discurso feito por Peracchi são transcritos. Neles, Peracchi exalta a importância da revolução para o Brasil e para os países vizinhos e enaltece a participação da *mulher brasileira* que “[...] saiu às ruas alertando as Forças Armadas e o espírito patriótico dos brasileiros para o caótico destino a que estava sendo conduzido o Brasil”. (ZERO HORA, 1967, p. 6). O agradecimento refere-se à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela classe média em 19 de março de 1964, gerando inúmeras reportagens na imprensa e ajudando a criar a conjuntura política que possibilitou a revolução de 64. O discurso do então governador continua com a narração do progresso alcançado pelo regime sob a direção do ex-presidente Castelo Branco e com palavras esperançosas sobre o futuro nas mãos do novo presidente Costa e Silva.

A matéria selecionada de 1968 traz como fonte principal o discurso do deputado Clóvis Stenzel, já referido como autor de comentário publicado no aniversário de 1966. No

discurso, o deputado refere-se às manifestações juvenis que explodiram no mundo e no Brasil em 1968. Segundo ele:

Neste momento, a Revolução tem que dizer aos subversivos que não permitiremos que usem nossos moços como massa de manobra e instrumento para seus objetivos. [...] A Revolução deve coibir, a qualquer preço, os atos de subversão em toda Nação. [...] permitiremos a oposição legal, que a maioria dos nossos adversários deseja, mas não permitiremos a oposição ao regime. (ZERO HORA, 1968, p. 6).

As matérias principais dos anos seguintes seguem a mesma fórmula das destacadas aqui: discurso de oficiais e párocos, comemorações... O povo em festa pela revolução que salvou o país. Como na matéria selecionada de 1981, composta quase em sua totalidade pelo discurso do Cônego Antônio Guilherme Grings, que rezou a missa oficial da data. É interessante para esta análise que observemos partes da fala do eclesiástico, que enaltece o golpe e a ditadura militar ao proclamar:

Ninguém, em sã consciência, pode negar que estávamos à beira do abismo, do caos mais lúgubre, para o qual consciente ou inconsciente éramos arrastados. A sensibilidade patriótica e religiosa da mulher mineira e outras manifestações nacionais movimentaram os tanques que as Forças Armadas, atendendo ao clamor da Pátria, dirigiram para a preservação da nossa democracia, triturando os tentáculos do povo comunista da desordem, corrupção e subversão e, graças a Deus, sem derramamento de sangue. (ZERO HORA, 1980, p. 3).

Ao mencionar que não houve derramamento de sangue, o Cônego ignorava as vítimas que a ditadura militar fez desde o primeiro dia de vigência do regime. É pouco provável que delas não soubesse, já que a própria Igreja Católica as registrava, como ficou evidente na obra *Brasil: Nunca Mais*. Torturas, desaparecimentos e mortes tornaram-se prática comum nos porões do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O livro *Brasil: Nunca Mais* relata casos de tortura e mortes durante a ditadura por meio de depoimentos daqueles que sofreram com a repressão. Dentre os relatos estão muitos tipos de atrocidades, desde uso de presos como cobaias em aulas de torturas para outros militares até torturas físicas e psicológicas em crianças e mulheres grávidas.

Ainda em 1984, véspera da abertura política, as comemorações do 20º aniversário do golpe militar, são retratadas na matéria *Exército comemora os 20 anos de Revolução*. Em única matéria entre as localizadas a qual a fonte falou diretamente ao jornal, não sendo a fala transcrita do discurso oficial, o comandante do III Exército, o general Leônidas Pires

Gonçalves, informou que os motivos para comemoração da data estavam expostos na Ordem no dia – embora ela não seja detalhada na matéria – e disse: “[...] a democracia é uma evolução contínua [...] é uma tarefa sem fim, é feita passo a passo e não com passos bruscos, que traumatizem qualquer segmento da sociedade”. (ZERO HORA, 1984, p. 10).

Em 1º de abril de 1985, a ditadura militar no Brasil já havia terminado. A data oficial do término do regime é 15 de março de 1985, quando tomou posse José Sarney. Em votação indireta, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República, porém foi internado na véspera da posse com fortes dores abdominais, falecendo antes da posse. O exemplar daquele ano contém matérias sobre a internação de Tancredo e o quadro de saúde do presidente eleito. Nenhuma menção a comemorações do aniversário do golpe é feita.

3. Considerações Finais

O estudo sobre as matérias referentes às comemorações de aniversário do golpe militar de 1964 publicadas na Zero Hora revela que o agendamento da temática do regime militar segue as mesmas características em todos os exemplares analisados. Os mesmos atributos, ou atributos assemelhados, são destacados em todas as edições de aniversário do golpe militar. Entre eles podemos destacar os discursos das autoridades, que praticamente seguem a mesma linha todos os anos. De modo geral destacam o clamor civil que teria sido dirigido às Forças Armadas e que teria determinado a Revolução de 31 de Março (ou, como a história mais tarde confirmou, o golpe militar). Esse clamor teria se expressado por meio da mulher que foi às ruas, por exemplo. Além disso, os discursos oficiais reiteradamente ressaltavam que o movimento cívico-militar representara a salvação da pátria que rumava ao comunismo; exaltavam os feitos dos dirigentes militares e os avanços alcançados com o regime; a participação pública massiva nas festividades, a prestação de serviços públicos dos soldados para a comunidade e – note-se – o apoio da Igreja.

Percebe-se, nesses casos, a adoção de determinado enquadramento. Ele se manifesta na constatação de que nas matérias sobre as comemorações de aniversário do regime encontra-se sempre o mesmo *frame*, o que torna a narrativa uniforme, monocórdia, unívoca e unilateral. O aniversário do golpe militar é geralmente enquadrado por meio do discurso oficial do presidente e das festividades da data. No caso das festividades, elas são apresentadas utilizando como moldura a participação de autoridades do governo, da Igreja católica, a presença de eclesiásticos e a participação civil.

Não só a presença da temática – como demonstra esta pesquisa, a presença de narrativas sobre as festividades do aniversário do golpe ocorre em 90% dos exemplares analisados – mas a disposição da temática no jornal, a ordem em que aparece e o destaque que é dado contribuem para o agendamento do tema, sustentado pelo enquadramento mencionado. Além da temática estar presente na publicação, ela tem grande destaque e predomina sobre as demais, estando destacada na capa do jornal em quase metade dos exemplares analisados e com uma média de quatro matérias positivas por exemplar analisado.

O jornal Zero Hora, pelas matérias analisadas, agiu como um porta-voz do regime, veiculando um conteúdo de apoio ao golpe. Tal conteúdo é reforçado pelos enquadramentos adotados e os textos publicados se aproximam mais do estilo panfletário, afirmando os valores da “revolução”, do que do discurso informativo e jornalístico. A publicação não oferece em nenhum momento contraponto às informações que transcreve e nem proporciona a contextualização das mesmas. O agendamento pró-regime militar manifestase também nos textos opinativos, onde poderia estar uma brecha para o jornal apresentar um contraponto às narrativas. Nesses casos, a publicação novamente se omite de abordar manifestações e fatos contrários ao regime, ou exalta ainda mais o regime militar. A presença de um comentário assinado por um membro e defensor ferrenho do regime, evidencia o posicionamento do jornal e constitui outro sinal da postura que o jornal Zero Hora assumiu.

Destaque-se que o agendamento praticado naquela época por ZH representava um impacto considerável na formação da opinião pública. Lembremos que os grandes veículos impressos eram os principais meios de informação e, especialmente, de consolidação das opiniões; não havia internet para auxiliar na checagem pública dos dados e da veracidade das notícias; o círculo de relacionamento e de contato das pessoas era muito menor – quem morava em Porto Alegre provavelmente tinha pouca noção do que acontecia em São Paulo, a não ser pelo que a imprensa apresentava. Se hoje notamos grande influência da mídia em geral, especialmente da televisão e recentemente da internet, há 51 anos a mídia impressa era a influência predominante. Ao não noticiar (e, portanto, não agendá-los) fatos relativos à oposição política e sobre a resistência ao regime, que ocorria em várias regiões do país, o jornal Zero Hora apresentava o sistema político ditatorial como criador do “milagre econômico”, democrático e salvador do povo. Isto é: o jornal transforma esses pontos em fatos indubitáveis para o público.

As características do público e da mídia naquele período, portanto, acentuavam a capacidade de Zero Hora dizer aos seus leitores *sobre o que pensar*. Esse poder de influenciar tornava-se ainda maior frente a virtual inexistência de veículos de comunicação com postura opostora ao governo, por causa da censura. A imprensa, desse modo, cresceu no seu papel de atender a *necessidade de orientação* do público, aumentando ainda mais a sua influência junto aos receptores. Considerando que o nível da referida *necessidade de orientação* é determinado pelas experiências e conhecimentos prévios do indivíduo sobre a temática abordada, e considerando também que Zero Hora não contribuía na oferta de experiências e conhecimentos não laudatórios ao regime militar, pode-se inferir que, na prática, o jornal contribuiu para o retrocesso da democracia no país.

A análise de conteúdo recomenda também a observação do contexto e do conteúdo latente do discurso. Neste caso, constata-se que o uso da palavra *revolução* e a presença das falas de correligionários exaltando e legitimando o regime perante Deus, carregam forte conteúdo latente. Se os representantes da Igreja Católica dizem que o regime é bom, salvou nossa pátria dos horrores do comunismo, como pensará o contrário a maioria dos leitores de um país e de um estado assumidamente católicos? Pode-se observar que o jornal Zero Hora destinou espaço, ainda que pequeno, para a oposição. Isto – a existência de oposição - denotaria a existência de um regime democrático, onde não haveria censura e nem repressão. Mas mesmo nos referidos casos em qualquer passagem não se considera em nenhum momento que a oposição é consentida, que não se trata propriamente de uma oposição ao regime estabelecido. A teoria do agendamento sustenta que as mídias nos apresentam determinada visão do mundo e no caso do jornal Zero Hora, durante o período estudado, fica evidente qual visão era proporcionada aos leitores.

A relação entre mídia e política tem muitos campos a serem explorados e debatidos. Um deles continua sendo a participação da imprensa no apoio e consolidação da ditadura militar. No caso do Rio Grande do Sul, outras pesquisas poderão demonstrar o papel desempenhado por sua imprensa, historicamente. Quando muitas vezes os jornais criticam a democracia de hoje, é importante compreender que eventuais imperfeições e fragilidades democráticas decorrem de desvios políticos que os mesmos jornais fortaleceram, no passado. O estudo dessas temáticas tem importante papel social e político, e abordá-las é a melhor maneira de construirmos um discurso jornalístico cada vez mais rico e uma democracia mais forte.

Inserir aqui o texto do corpo do trabalho, usando exclusivamente a fonte Times New Roman, em corpo 12, com espaçamento 1,5 entre as linhas, e margens justificadas com o máximo de 15 páginas, incluindo as referências bibliográficas, tabelas e ilustrações. Para destaques, usar, apenas, o corpo itálico (grifo), excluindo-se totalmente o sublinhado e palavras em caixa alta (a não ser em siglas que não formem palavras, exemplo CNPq) e, nas referências bibliográficas, nos sobrenomes dos autores. O negrito poderá ser usado, exclusivamente, para destacar os subtítulos ou divisões do trabalho, sempre no mesmo corpo 12, em caixa alta e baixa.

Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE, DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: *Vozes*, 1985.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Ano 2013**. Brasília, DF, 2013.
Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil?highlight=WyJ6ZXJvIiwiaG9yYSIsInplcm8gaG9yYSJd>>. Acesso em: 06 set. 2014.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

BRAGA, Políbio. Nos anos de chumbo, Clóvis Stenzel foi o homem de Maurício Sirotsky na RBS. Porto Alegre, 31 jul. 2014. Disponível em:
<<http://polibiobraga.blogspot.com.br/2014/07/nos-anos-de-chumbo-clovis-stenzel-foi-o.html>>. Acesso em: 23 out. 2014.

COHAN, Alvin Sanlord. **Teorias da revolução**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

McCOMBS, Maxwell. **Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação**. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 31, n. 2, 2008.

MELO, José Marques De. **Jornalismo Opinativo: Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro**, Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.27, n.79, 2012.

OTAVIO, Chico. **Especial AI-5: Os 'guarda Costa' da ditadura no Congresso, 2004**. Disponível em: <<http://portal.pps.org.br/helper/printData/139379>>. Acessado em 30 out. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2008.